



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007791-83.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Eduardo Zambini**
 Requerido: **Net Serviços de Comunicação S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter firmado com a ré em 2010 contrato de prestação de serviços de televisão, telefonia e acesso à *internet*.

Alegou ainda que solicitou o cancelamento dos serviços relativos à televisão e que em 14 de março de 2012 a ré retirou de sua residência os aparelhos receptores pertinentes.

Não obstante, ela continuou cobrando por tais serviços (o débito a seu propósito era feito automaticamente em sua conta bancária), de sorte que postula a restituição do valor respectivo.

A ré em contestação admitiu que em março de 2012 ocorreu o cancelamento dos serviços de televisão ajustados com o autor, bem como que sucedeu então a entrega dos aparelhos que lhe diziam respeito.

Inexplicavelmente, porém, ela não se pronunciou sobre os documentos de fls. 04/16, os quais evidenciam que mesmo depois de tal cancelamento os serviços de TV continuaram sendo cobrados do autor.

Como se não bastasse, a ré asseverou que nada perpetrara para dar causa à redução patrimonial do autor, o que transparece evidente diante do quadro delineado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Na verdade, como os serviços estavam cancelados é óbvio que a ré carecia de amparo à cobrança dos mesmos, sendo de rigor a devolução postulada sob pena de inconcebível enriquecimento sem causa de sua parte.

Assinalo, por oportuno, que em momento algum o autor pleiteou indenização para ressarcimento de danos morais, não se analisando por isso as considerações expendidas pela ré sobre o assunto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 602,92, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2012 (época do cancelamento dos serviços contratados), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**